

Sarney endurece e impõe novo Orçamento

Josemar Gonçalves



Cid Carvalho (C), que só recebeu a proposta às 22h00, reagiu em defesa do Congresso Nacional

Atitude desagrada aos partidos

Com o envio de uma terceira mensagem à proposta sobre o orçamento do ano que vem, o Palácio do Planalto está tumultuando os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento, podendo, inclusive, provocar a não apreciação do projeto de lei por falta de tempo hábil. A atitude do Governo está sendo fortemente criticada pelas lideranças partidárias — exceto PFL e PDS — e provoca reações como a do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que está elaborando um parecer tornando sem efeitos as duas últimas mensagens com base na nova Constituição. Se esse parecer for acolhido pela Comissão, prevalece a primeira proposta, o que permite a apresentação do relatório do senador Almir Gabriel (PMDB-PA), que está pronto desde sexta-feira.

Nelson Jobim está se baseando no parágrafo 4º do artigo 166 da Constituição que permite ao presidente da República enviar mensagem ao Congresso Nacional para

propor alterações no projeto antes do início da votação. A interpretação dada a este texto é a de que só vale uma mensagem, podendo a comissão aceitar ou não as demais. Essa tese, porém, entra em conflito com o inciso XXIII do artigo 84, que prevê competência exclusiva do presidente da República para o envio ao Congresso do plano plurianual, do projeto de lei das diretrizes orçamentárias e das **propostas de orçamento** previstas na Constituição.

Seja legal ou ilegal, o envio de uma terceira mensagem do orçamento pelo presidente José Sarney tem repercussões políticas muito negativas, principalmente depois do resultado das eleições municipais, quando o PMDB quer mostrar divergência em relação ao Governo a qualquer custo. O confronto que, até agora, estava centrado na intransigência da área econômica em relação ao pagamento da dívida dos Estados e municípios, po-

derá agora ter uma repercussão ainda maior: a legalidade dos atos do governo José Sarney.

Caso a tese do deputado Nelson Jobim não encontre campo legal para ser amparada, prevalecerá o entendimento do presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que considerou a terceira mensagem como uma adição à proposta orçamentária. Isso invalida a segunda mensagem — que foi considerada em alguns pontos pelo relator — e modifica a original nos pontos onde existirem discordâncias em relação à terceira.

Nesse caso, será necessária uma nova alteração no calendário da Comissão, que já foi modificado três vezes, por causa do Executivo. Se isto ocorrer, o relator Almir Gabriel, que trabalha mais de 16h00 por dia, deverá concluir o seu novo parecer, com otimismo, somente no final desta semana.

O presidente José Sarney decidiu endurecer com o Legislativo, os governadores e o PMDB, ao cancelar ontem todas as propostas que abrandavam a exigência original de pagamento, pelos Estados e municípios, em 1989, de 25% do estoque e do principal de suas dívidas externas, com aval da União, ao Governo Federal. Após as sucessivas rodadas de negociações, iniciadas na sexta-feira, com a intermediação do líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), Sarney optou ontem pelo confronto e enviou uma nova mensagem ao Congresso Nacional para substituir a do último dia 17, como adendo ao projeto de lei original do orçamento da União para o próximo ano. O projeto de lei enviado pelo presidente Sarney foi recebido às 22h00 de ontem pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), que marcou nova reunião para hoje à noite para discutir a matéria.

O novo confronto entre Legislativo e Executivo gerou surpresa e tensão em ambos os lados. Pouco depois das 15h00, o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, chegou ao Ministério do Trabalho, para a reunião do pacto social, ainda tenso e pouco disposto a dar entrevistas. Ele até se equivocou, ao informar que o Governo retirara as duas propostas orçamentárias anteriores para substituí-las por uma outra, consolidada. Em seguida, o secretário para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, João Batista Camargo, esclareceu que não se tratava de nova proposta, e sim a consolidação das duas anteriores.

Às 16h00, no horário previsto para o início da sessão da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, o seu presidente, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), recebeu o aviso do presidente do Senado e do Congresso, Humberto Lucena (PMDB-PB), de que o Palácio do Planalto estava enviando a nova mensagem para o encaminhamento da proposta orçamentária da União para 1989.

Confronto

Juntamente com o vice-presidente da Comissão de Orçamento, deputado Cesar Maia (PDT-RJ), Cid Carvalho foi ao gabinete de Lucena e ficou sabendo que o presidente Sarney encaminhara nova mensagem para substituir a do último dia 17, como aditivo ao projeto original de agosto. O presidente da Comissão de Orçamento

esforçou-se para dizer que não podia ficar irritado com a legitimidade da iniciativa do Executivo de pedir adiamento do cronograma de tramitação do projeto de lei do Orçamento, acenar com negociações e, de forma intempestiva, apelar para o confronto, através da inesperada apresentação de outra mensagem ao Congresso.

“Firmeza, serenidade e tranquilidade” foram as palavras mais usadas por Cid Carvalho, antes, durante e depois da curta reunião de ontem à tarde da Comissão Mista de Orçamento, inutilizada pelo desconhecimento total do conteúdo da nova mensagem do Executivo. Mas, antes de anunciar o adiamento da sessão para hoje à noite, Cid Carvalho foi firme, ao condenar pressões, ameaças e objetivos da nova estratégia do Executivo.

Melhor negociar

O presidente da Comissão de Orçamento observou que, com o País em crise, as melhores soluções vêm da negociação, porém ressaltou que não poderia abandonar a firmeza, por estar em jogo a autoridade do Congresso Nacional e a própria instituição. Mais exaltado, Cid Carvalho lembrou as consequências do golpe de 64 que calou o Congresso e reiterou que a Comissão de Orçamento não serviria ao Governo e nem à oposição “e sim à Nação”, sem aceitar a omissão.

Depois, o presidente da comissão citou que os próprios técnicos dos ministérios do governo Sarney exerceram as maiores pressões por mudanças na proposta orçamentária “impossível de operacionalizar”. Defendeu a interferência da comissão na rolagem da dívida dos Estados e municípios, ao ressaltar que foi o Governo Federal que, no passado, obrigou as administrações estaduais e municipais a se endividarem.

Cid Carvalho disse ainda que o Executivo já procurou, em agosto, frustrar a Constituição ainda não promulgada àquela data, através da “Operação Desmonte”. “O Governo Federal procurou contrariar a descentralização tributária que consta na Nova Constituição. Os compromissos impostos pela União aos Estados endividados excedem os ganhos dos mesmos Estados com a reforma tributária. Por isso, não sei se o presidente Sarney contribui para a harmonia, tão necessária, entre Executivo e Legislativo” — reclamou, com serenidade e firmeza, o presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.